

CURRÍCULO E PRÁTICA NA ESCOLA CICLADA: ANALISANDO EXPERIÊNCIAS NA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.

Aluno: Cristine Oliveira Rosa

Orientador: Maria Inês G. F. Marcondes de Souza

Introdução

Esse relatório se refere às atividades realizadas de agosto/2009 a agosto/2010 de acordo com o cronograma apresentado no projeto. Durante esse período nos concentramos na análise da questão da avaliação da aprendizagem na proposta de ciclos na forma como foi apresentada na *Revista Nós da Escola* e Vídeos produzidos para apresentar aos professores a nova proposta de avaliação como parte das orientações da política de ciclos nas escolas da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro.

No município do Rio de Janeiro foi implantado em 2000 o Primeiro Ciclo de Formação para atendimento de alunos/as de 6, 7 e 8 anos. Este sistema é apresentado como uma “nova organização curricular, uma outra forma de estruturação do tempo escolar” e não como um somatório de séries (CA, 1ª. e 2ª. série), assim o planejamento das atividades pedagógicas deve ter por base esta outra organização temporal (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005) [1]. Temos como objetivo estudar a implementação da proposta curricular da escola ciclada na rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, tendo os trabalhos de Stephen Ball [2] como referência e ver como os professores recontextualizam e reinterpretam no seu cotidiano esta reforma.

Objetivos

O objetivo desse pôster é analisar o conteúdo relativo à avaliação da aprendizagem nos Vídeos que fazem parte do programa *Nós da escola n.º. 214- série Ciclo de Formação (MultiRio)*[3] que foram apresentados aos professores em 2006. O tema do programa é “*O que é o ciclo de formação e como as escolas da Prefeitura do Rio de Janeiro estão vivenciando a forma de organização do tempo e espaço no ciclo de formação*”. Analisamos também artigos da *Revista Nós da Escola* que apresentaram os pressupostos de uma nova política de avaliação.

Metodologia

Para análise dos artigos da *Revista* e dos *Vídeos* utilizamos como base o trabalho de Fairclough (2001) [4]. Sua análise inclui os seguintes aspectos: vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual, força dos enunciados, coerência e intertextualidade.

Algumas questões básicas orientam nossa análise: Quais os argumentos usados para a implantação de uma proposta de avaliação? Quais as bases teóricas da nova proposta? Quais as diferenças no material apresentado nas revistas e nos vídeos? Como as novas orientações se articulam com as orientações já existentes? Quais as tensões que se evidenciam na apresentação da nova política e as práticas dos professores?

Conclusões Parciais

As conclusões parciais da pesquisa aqui apresentadas tem como base o texto de Leite e Marcondes (2010)[5]. A análise do conteúdo da *Revista* e dos *Vídeos* revela os principais

argumentos e justificativas para uma nova proposta de avaliação e a intenção de persuadir aos professores de seus benefícios. Além desses aspectos, os materiais revelam preocupação com os mal-entendidos dos próprios professores na implementação da nova lógica da avaliação nesta proposta.

Para que possamos responder as questões de pesquisa, nosso *corpus de análise* refere-se aos artigos publicados na Revista “*Nós da Escola*” e aos vídeos destinados aos professores de rede municipal de ensino. Esses materiais foram produzidos para auxiliar na implementação da política educacional elaborados por uma empresa municipal de multimeios (MultiRio).

A Revista foi publicada de 2001 a 2008, totalizando 64 exemplares. Desse total, encontramos cinco edições sobre avaliação. Sendo que dois números dedicaram-se a temática: o nº. 7 “Avaliação – indicadores de (in) sucesso” e o nº. 17 “Avaliação: todos e cada um”. Em três edições (nº. 12, nº. 36 e nº. 62), encontramos somente uma reportagem sobre o tema.

Os 5 Vídeos foram divulgados em 2006 e possuem a seguinte estrutura: uma apresentação inicial da Secretária Municipal de Educação, uma conversa estilo “entrevista” em que a entrevistada é uma pesquisadora e professora universitária e a entrevistadora/apresentadora do programa. A conversa entre elas é intercalada com cenas de escolas, em que se apresentam gestores e professores, fazendo perguntas ou explicando seu trabalho. A entrevistadora exerce o papel de *mediadora*, fazendo perguntas e pedindo que a pesquisadora “*explique os benefícios concretos da proposta*” para melhor compreensão por parte dos professores.

O formato de *entrevista* foi escolhido pelos editores da *Revista* e dos *Vídeos*. Para a realização das entrevistas houve sempre um especialista convidado para abordar o tema.

Nos artigos das revistas os especialistas foram: Maria Teresa Esteban, Jussara Hoffmann e Cipriano Luckesi. De uma forma geral, os especialistas se concentraram em diferentes aspectos. Esteban trata da relação entre avaliação e exclusão enfatizando uma prática investigativa. Hoffmann apresenta uma prática mediadora de avaliação sugerindo a utilização de diferentes instrumentos. Luckesi enfatiza a base ética da avaliação.

Para os vídeos foi convidada a professora Elvira Souza Lima que, com base na neurociência e na antropologia, propõe uma discussão sobre os equívocos na implementação da nova proposta de avaliação. Nos vídeos existe a possibilidade de se sentir de forma mais intensa a interação que se dá entre entrevistado e entrevistadora.

Nesse pôster vamos focalizar basicamente os *argumentos que justificam a implantação* e as *características da nova proposta de avaliação da aprendizagem* apresentados nos materiais.

O argumento para implantação da proposta de ciclos é o conceito de *justiça social* que é apresentado logo no início pela Secretária Municipal de Educação: “*Uma escola democrática, mas, com justiça social. A rede pública trabalha com a diversidade dos alunos, ela não seleciona na entrada.*” Essa questão é reforçada pela especialista em defesa de uma escola para o século XXI: “*Por ter o ciclo o eixo da justiça social, do desenvolvimento, do direito do professor ao desenvolvimento cultural, atende bastante a demanda e ao desafio que se tem para superar.*” (Vídeo nº. 214). Defende-se uma escola “*de qualidade*” e sua importância no mundo “*globalizado*”. A questão do aprendizado do aluno vai ser trabalhada a partir da “*neurociência*” e da “*antropologia*” que são colocadas como as bases teóricas da proposta.

A fala da especialista apresenta a escola como uma nova organização de espaço e

tempo na vida cotidiana para a formação das novas gerações. O conhecimento formal, aquisição da cultura humana, se traduz nas disciplinas do currículo e precisa ser ‘*apropriado pelas novas gerações*’. Ressalta também, em sua apresentação, ‘*o papel do adulto na preparação das novas gerações*’.

Dentre os argumentos que justificam uma nova proposta de avaliação propõe-se uma *escola democrática, com justiça social*. A democracia na escola passa então pelos seguintes pontos: eleição do diretor, o conselho escola-comunidade e a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP). Ao nível pedagógico, espera-se que os professores: *trabalhem em equipe, valorizem o coletivo, estejam abertos às inovações, e promovam a gestão da sala de aula*. Inclui-se nessa nova gestão o respeito à diversidade e novas práticas avaliativas.

Há conceitos comuns nos dois materiais apresentados (revista e vídeos): “*avaliação contínua*”, “*práticas que viabilizem processos de avaliação mais democráticos*”, “*avaliação mediadora*”, “*observação e registros*”.

Os textos da revista e os programas de vídeo analisados defendem a perspectiva de uma *avaliação contínua*, “*em sintonia com o planejamento e desenvolvimento das atividades do Núcleo Básico Multieducação e projeto político pedagógico*”, assim, o foco da proposta é re-significar o objeto de avaliação, que passa a ser o centro do processo de ensino e aprendizagem, desde a proposição de objetivos, escolha de metodologia e recursos pedagógicos compartilhado com professores e alunos. Dessa forma, não limita a ação de avaliar somente em provas e testes, mas observando ou tornando observáveis as tarefas desempenhadas pelos alunos em diferentes situações, interpretando as respostas para, a partir daí, intervir para que os alunos possam compreender seus acertos e erros.

Esse argumento é desenvolvido também em vários momentos nos artigos da revista por Esteban e Hoffmann. Em artigo publicado em 2002, Esteban aborda a necessidade de se construir *práticas que viabilizem processos de avaliação mais democráticos*, sem excluir ou classificar os alunos, considerando, assim que o espaço da sala de aula está marcado por pontos de partidas, processos e percursos variados, tendo muitas possibilidades na reta de chegada. Para tal, sugere que os professores analisem os erros e acertos dos alunos, indagando os conhecimentos e desconhecimentos que estão indicados, as possibilidades de ensino que se fazem necessárias para que os alunos avancem.

Nessa mesma direção, Hoffmann (2003) aponta que cabe aos educadores analisarem a lógica do pensamento dos alunos para intervir pedagogicamente e promover avanços em sua aprendizagem. Assim, a *avaliação mediadora* fundamenta-se em dois princípios: o princípio de provisoriedade e da complementaridade. O primeiro considera que a resposta do aluno é o ponto de partida para que o professor desafie e chegue a um novo conhecimento. Complementaridade parte do que sabe o aluno, propondo atividades cada vez mais complexas.

Dessa forma, os artigos da revista explicam o papel do professor, considerando-o organizador e gestor das situações didáticas, partindo do princípio que ensinar é orientar o processo de aprendizagem do aluno para o domínio de um currículo definido, para tal, é o educador que intervém nos trabalhos para o progresso do aluno. O professor precisa verificar, então, se os alunos estão progredindo para retificar seus objetivos. Para isso, é necessário dispor de informações pertinentes e confiáveis – interpretá-las em tempo hábil, para que possa propor intervenções apropriadas, conduzindo-as de modo eficaz. Daí, ser fundamental o professor saber o que está por trás do erro do aluno olhar para a produção dos alunos, como sendo uma possibilidade de “*entrar na caixa preta*” do aluno, a partir daí, pensar em intervenções coerentes com as concepções prévias do estudante.

Quanto a acessar essa caixa preta, no vídeo, Lima (2006) sugere que o professor analise os *registros* de seus alunos, como por exemplo, seus rascunhos, pois neles os alunos

explicitam sua forma de pensar. Nas palavras da pesquisadora, “*a escrita é muito importante, pois ela tem uma força muito grande na organização cerebral*”. Assim, enquanto o aluno elabora seu registro ela faz uma elaboração escrita do conteúdo que está aprendendo. Esse material é fundamental para a avaliação do processo de construção do aluno.

Coloca-se, então, a seguinte questão: o que diferencia o conteúdo informativo dos artigos da *Revista* e dos *Vídeos*?

Primeiramente, cada material, destinado a formação em serviço, foi publicado em momentos diferentes. A revista dedicou-se a temática logo no início da implantação da política de ciclos, isto é, nos anos de 2002 e 2003. Enquanto que os vídeos foram exibidos em 2006 com o intuito de discutir os pressupostos de avaliação que ainda não haviam sido compreendidos pelos professores, como por exemplo: “*não há avaliação na escola organizada em ciclos*” e o “*aluno passa de ano sem saber*”.

O segundo aspecto é que nos programas de vídeo há possibilidade da entrevistadora ser uma *mediadora*, fazendo perguntas e pedindo que a especialista “*explique os benefícios concretos da proposta*” para melhor compreensão por parte dos professores durante a entrevista com a especialista de educação. Em outras palavras, o que percebemos durante os programas é que a perspectiva do pesquisador/especialista não coincide com a dos professores. A entrevistada aborda os princípios da avaliação – ela se detém nos aspectos de definir o objeto, no entanto, isso não é suficiente para que os professores possam enfrentar e responder os problemas cotidianos da sala de aula. Os docentes se perguntam “*como*” colocar esses pressupostos em prática?

Os editores do vídeo, de certa forma, buscaram responder essa dúvida dos professores mostrando depoimentos de uma diretora, de professores e coordenadores. Consideramos que as informações apresentadas pelo vídeo podem contribuir para a divulgação de novos aspectos da política de avaliação, mas, devem ser complementados com discussões na própria escola tendo como suporte o trabalho da coordenação. Os professores manifestaram através de perguntas sua preocupação com os aspectos práticos da nova proposta.

Retomando as questões iniciais da pesquisa, identificamos coerência entre a proposta de avaliação continuada da Secretaria apresentada nas reportagens da *Revista Nós da Escola* e na série de *Vídeos* analisados. Consideramos que o formato de entrevista escolhido pelos editores do vídeo e a da revista proporcionou que um tema tão complexo pudesse ser discutido de uma forma mais próxima e acessível a todos.

As conclusões revelam os principais argumentos e justificativas para uma nova proposta de avaliação e a intenção de persuadir os professores de seus benefícios. Além desses aspectos, os materiais revelam preocupação com os mal entendidos dos próprios professores na implementação da nova lógica de avaliação nesta proposta curricular. A identificação da nova proposta avaliativa com a *promoção automática* fez com que a proposta de ciclos fosse rejeitada pelos professores e pelas famílias dos alunos.

Novos procedimentos pedagógicos por parte dos professores exigem também que se leve em conta o contexto de cada escola. Os ciclos pressupõem uma “*nova organização escolar*”, como também, uma revisão dos tempos, espaços e formas de gestão.

Portanto, na instituição de uma nova lógica de avaliação e de política educativa é necessário, antes de tudo, que professores se conscientizem da necessidade da reforma para mudar os seus próprios processos pedagógicos. Para implementar novos processos pedagógicos o professor precisa entendê-los e valorizá-los antes de colocá-los na sua prática cotidiana.

Referências

- 1 – PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO - **A Multieducação na sala de aula: refletindo sobre o trabalho no 1º ciclo de formação**. Rio de Janeiro, 2005.
- 2 - BALL, Stephan. J.- **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham/ Philadelphia: Open University Press, 1997.
- 3- MULTIRio- **Programa Nós da Escola n 214- série Ciclo de Formação “O que é o ciclo de formação e como a escolas da Prefeitura do Rio de Janeiro estão vivenciando a forma de organização do tempo e espaço no ciclo de formação”**. Rio de Janeiro, 2006.
- 4- FAIRCLOUGH, N.- **Discurso e Mudança Social**. Brasília; Editora da UNB, 2001.
- 5- LEITE, V. E MARCONDES, M.I.- Nova lógica no discurso do currículo e da avaliação: políticas não se modificam apenas por decreto! **Resumos/ Anais do Congresso Luso Brasileiro de Currículo**- Porto, Portugal, 2010.

Apresentação de trabalhos científicos

-Trabalho elaborado pelo grupo de pesquisa em que colaborei no levantamento bibliográfico:

LEITE, V. E MARCONDES, M.I.- Nova lógica no discurso do currículo e da avaliação: políticas não se modificam apenas por decreto! *Congresso Luso Brasileiro de Currículo*- Porto, 2010.

Entrevistas com professoras da rede (elaboração de roteiro e transcrição)

Continuamos a entrevistar professoras da rede com base no roteiro de entrevista elaborado anteriormente pelo grupo. Esse roteiro constitui-se de dados relativos aos seguintes aspectos: identificação do professor, orientações recebidas da Secretaria, aspectos positivos e dificuldades na implementação da nova política, critérios de organização das turmas, aspectos considerados na avaliação dos alunos, estratégias utilizadas para atender alunos com dificuldades de aprendizagem e tipos de formação continuada.

Estamos selecionando e entrevistando professores/as considerados “bem sucedidos”. As entrevistas estão sendo gravadas para serem transcritas.

Apreciação pessoal da bolsista sobre as atividades desenvolvidas na pesquisa.

A oportunidade de participar de um grupo de pesquisa acadêmica como bolsista PIBIC tem ajudado muito no meu desenvolvimento como aluna de Pedagogia. O contato com a equipe de pesquisa, as discussões, a consulta a diferentes fontes bibliográficas e o acesso a variadas técnicas de pesquisa têm aberto diversas possibilidades de estudo e, conseqüentemente, de produções melhor elaboradas. Particpei das discussões para elaboração de trabalhos para apresentação em eventos. Isto, conseqüentemente, tem ajudado muito na minha formação como aluna, ampliando meus conhecimentos e abrindo portas para novas oportunidades de aprendizagem. Acredito que a experiência como bolsista de

Iniciação Científica oferece grandes possibilidades de continuar a desenvolver estudos após a graduação.